

Continuação



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

CNPJ/MF 04.895.728/0001-80 - COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009 (continuação) (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

Transportes: cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

Vida em grupo: cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença ocorrida com empregados.

(*) Informações não auditadas.

42. TERMO DE COMPROMISSO

O Termo de Compromisso celebrado com o Governo do Estado do Pará em sua cláusula 3ª estabelece que 1,5% da receita líquida com vendas de energia elétrica seja investido em obras de interesse sócio-econômico do Estado.

No exercício de 2010, a receita líquida ajustada com vendas de energia elétrica totalizou R\$ 1.538.155 (R\$ 1.391.817 em 2009), sendo que 1,5% desse montante totalizou R\$ 23.072 (R\$ 20.877 em 2009).

43. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

Para aumentar seus impactos positivos, a Companhia sistematiza suas ferramentas de atuação socioambiental. A Política de Sustentabilidade existente é parte da decisão corporativa de incluir a Dimensão Socioambiental no Planejamento Estratégico, assim como os Sistemas de Gestão Ambiental, de Saúde e Segurança do Trabalho implantado.

Com a implantação efetiva dos Sistemas de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança no Traba-

lho, programas de gestão adequada de resíduos, educação ambiental e adequação das instalações foram desenvolvidos e beneficiaram empregados próprios e terceirizados.

O ano de 2010 foi considerado o ano do resíduo na Companhia. Mostrando o comprometimento com a questão ambiental, a empresa não mediu esforços para destinar adequadamente todos os resíduos gerados no seu processo. Em 2010, a Companhia destinou mais de 500.000 toneladas, onde o processo de destinação foi realizado de acordo com o tipo do resíduo, sendo os mesmos destinados à reciclagem, co-processamento e incineração.

O sistema de Gestão Ambiental contribuiu muito para que os resíduos gerados no processo fossem devidamente armazenados e encaminhados ao correto destino. Em 2010, foram realizados treinamentos específicos sobre o SGA para colaboradores de diversas áreas da empresa e para as terceirizadas.

Em 2010 a Companhia inclui os filhos dos colaboradores próprios e terceiros na campanha de educação ambiental, realizada a partir do concurso de desenho e redação, do Projeto Cuide do Seu Mundo, que teve como base para a inspiração das crianças o livro "O Gigante Monstruoso do Lixo", que reflete a Política de Sustentabilidade da Companhia, a preocupação com a reciclagem do lixo. O livro orienta as crianças, de forma divertida, sobre a importância da reciclagem do lixo. A curiosidade das irmãs gêmeas Lelê e Trix é o fio que conduz as meninas a este mundo.

Para atender aos compromissos ambientais assumidos em sua Política de Sustentabilidade visando promover a preservação do meio ambiente, a prevenção da poluição e o consumo consciente, a Companhia investiu em 2010, mais de R\$ 1.123 em programas, projetos e ações de meio ambiente.

(*) Informações não auditadas.

Membros do Conselho de Administração

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR

Presidente

FREDERICO ARTHUR M. TAVARES DE LIMA

Conselheiro Vice-Presidente

OCTÁVIO TAVARES DE OLIVA FILHO

Conselheiro Administrativo

CARMEM CAMPOS PEREIRA

Conselheira Administrativa

DANIEL MACHADO

Conselheiro Administrativo

PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO

Conselheiro Administrativo

JOSÉ ALBERTO ALVES CUNHA

Conselheiro Administrativo

ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES

Conselheiro Administrativo

AFRÂNIO BARREIRA DE ALENCAR MATOS FILHO

Conselheiro Administrativo

Membros da Diretoria

CARMEM CAMPOS PEREIRA

Diretora Presidente e de Relaçãocom Investidores

MAURO CHAVES DE ALMEIDA

Diretor Financeiro e Administrativo

ALEXEI MACORIN VIVAN

Diretor Vice-Presidente

VALDIR JONAS WOLF

Diretor Vice-Presidente

ÁLVARO ANTONIO BRESSAN

Diretor de Planejamento e Projetos Especiais

Reinaldo Teixeira do Amaral Mota

Contador - CRC - 1SP151271/O-2 "S" PA

Parecer do Conselho Fiscal

"Os membros do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, tendo examinado o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, seus anexos correspondentes, e o Relatório da Administração, considerando as análises realizadas ao longo do Exercício e com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela BDO Auditores Independentes, sem ressalvas, e tendo se interado da destinação do resultado do exercício, são de opinião que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, recomendamos aos Srs. Acionistas sua aprovação em Assembléia geral. Conselho Fiscal."

CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA

Conselheiro Efetivo

ANTONIO CARLOS DE PAULA

Conselheiro Efetivo

KLEBER CIMINI LAGE

Conselheiro Efetivo

JOSÉ ALCINDO LUSTOSA MARANHÃO

Conselheiro Efetivo

PEDRO PAULO DA CUNHA

Conselheiro Efetivo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 19 de fevereiro de 2010, que conteve ênfase sobre recurso interposto pela Companhia de informações relevantes que não foram consideradas no cálculo das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica e de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, conforme apresentado pela ANEEL na Resolução Homologatória nº 849, de 21 de julho de 2009, cujo entendimento dos especialistas e assessores jurídicos da Companhia foi que o componente financeiro apresentado (passivo regulatório) na Nota Técnica nº 269, de 3 de agosto de 2009, homologada pela Resolução Homologatória nº 857, de 4 de agosto de 2009, era um ajuste financeiro oriundo da segunda Revisão Tarifária Periódica. O passivo regulatório foi registrado e devolvido na tarifa dos consumidores durante a vigência do reajuste.



BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PA

Luiz Carlos de Carvalho
Sócio-contador
CRC 1SP197193/O-6 "S" PA